

# Farda e Gênero: Valores e Atitudes na Polícia Militar do Paraná

*Uniform and Gender: Values and Attitudes in the Military Police of Paraná*

*Uniforme y Género: Valores y Actitudes en la Policía Militar de Paraná*

**Marcos Aparecido de Souza**

Universidade Estadual de Maringá – Brasil

tenentemarcos@yahoo.com

## Resumo

A presente pesquisa investiga valores e atitudes dos policiais militares quanto aos papéis de gênero, dentro da estrutura sócio-política e cultural da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Em consequência, analisa a ausência das mulheres em determinados espaços, bem como as resistências e conflitos em relação às alterações das ocupações desses lugares quase exclusivos para um ou outro sexo. Passados mais de trinta anos do ingresso da primeira turma de policiais militares no Estado do Paraná, precisamos nos questionar: como estão os papéis de gênero na PMPR? A fim de buscar respostas para essa e outras importantes questões, desenvolvemos este estudo que consistiu em diagnosticar, por meio da aplicação de um survey, o que pensam os policiais militares sobre os papéis de gênero.

Palavras-Chave: Polícia Militar; Gênero; Valores; Atitudes.

## Abstract

This research investigates the values and attitudes of police officers as to gender roles within the socio-political and cultural Military Police of Paraná (PMPR) structure. Consequently, it analyzes the absence of women in certain areas, as well as resistances and conflicts in relation to changes in the occupation of those places, which are almost exclusive to either sex. After more than thirty years of the admission of the first group of military police in the state of Paraná, we must ask ourselves: how are gender roles in PMPR? In order to seek answers to these and other important questions, we developed this study, which consisted in diagnosing, through the application of a survey, what think the military police officers about gender roles.

Keywords: Military Police; Gender; Values; Attitudes.

## Resumen

Esta investigación investiga los valores y actitudes de los agentes de la policía militar acerca en relación a los roles de género, dentro de la estructura socio-política y cultural de la Policía Militar de Paraná (PMPR). En consecuencia, analiza la ausencia de las mujeres en determinados espacios, así como las resistencias y los conflictos en relación con las alteraciones de las ocupaciones de estos lugares casi exclusivos para un o otro sexo. Más de treinta años después de la entrada del primer grupo de la policía militar en el estado de Paraná, debemos preguntarnos: ¿cuáles son los roles de género en PMPR? Con el fin de encontrar las respuestas a estas y otras cuestiones importantes, hemos desarrollado este estudio que consistió en diagnosticar, mediante la aplicación de una encuesta, lo que la policía militar piensa sobre los roles de género.s.

Palabras-Clave: Policía Militar; Género; Valores; Actitudes.

## Introdução

A presente pesquisa investiga valores e atitudes dos policiais militares quanto aos papéis de gênero, dentro da estrutura sócio-política e cultural da Polícia Militar do Paraná (PMPR), e em consequência a ausência das mulheres em determinados espaços, bem como as resistências e conflitos em relação às alterações das ocupações desses lugares quase exclusivos para um ou outro sexo.<sup>1</sup>

A presença da mulher na PMPR é relativamente recente. Em 1977, a polícia feminina foi instituída, após 120 anos da criação da PMPR, em 1854 (SCHAETAE, 2011). É importante salientar que as circunstâncias históricas da abertura dos portões dos quartéis às mulheres deram-se num momento que podemos considerar propício, visto que a década de 1970 foi marcada por uma importante atuação do movimento feminista, que buscava a emancipação das mulheres no Brasil e em outros países, o que levou a Organização das Nações Unidas (ONU), com base nesses anseios, declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

Passados mais de trinta anos do ingresso da primeira turma de policiais militares no Estado do Paraná, precisamos nos questionar: como estão os papéis de gênero na PMPR (Polícia Militar do Paraná)? A fim de buscar respostas para essa e outras importantes questões, desenvolvemos este estudo que consistiu em diagnosticar, por meio de aplicação de um *survey*, o que pensam os policiais militares sobre os papéis de gênero.

As principais questões que este estudo buscou responder são: a) em que medida os atributos dos gêneros são reconhecidos como de um ou de outro sexo, e de que forma eles implicam na divisão dos papéis, entre os gêneros, entre atividade burocrática e serviço operacional de rua dentro da Polícia?; b) para

esse ou aquele serviço, são realmente necessários os atributos que se entendem como exclusivos ou de maior expressão de um ou outro sexo?; c) o entendimento da posse ou da ausência de determinados atributos físicos ou psicológicos influenciam no reconhecimento de uma hierarquia estabelecida do homem em relação à mulher ou homossexual dentro da PMPR?; d) em que medida a atribuição de papéis exclusivos aos homens e mulheres, estão também associados a supervalorização da atividade operacional de rua em detrimento às atividades burocráticas?

Para apresentar e analisar os dados produzidos por essa pesquisa, estruturamos o artigo em três itens. No primeiro item, buscou-se apresentar três linhas explicativas que poderiam nos auxiliar na compreensão dos valores e atitudes quanto aos papéis de gênero na PMPR. A primeira refere-se às teorias da dominação masculina e teoria do campo de Bourdieu (1997; 1998). A segunda linha explicativa ficou por conta das teorias de três autoras feministas: Young (1987), Tronto (1988) e Jaggar (1988). Segundo essas autoras, os princípios elaborados pelos cânones do pensamento ocidental serviram de base para a estruturação das instituições que compõem a sociedade como um todo. A terceira linha diz respeito ao que Skolnick (1966) entende como cultura policial, com base em estudos feitos junto à polícia americana.

No segundo item, fornecemos as principais informações sobre os procedimentos e metodologias utilizadas na pesquisa e, por fim, no terceiro item, apresentamos os dados da pesquisa. Esse último item está subdividido da seguinte maneira: a) analisamos a questão dos atributos de gênero, sob a visão dos policiais entrevistados, no que se refere a sociedade como um todo e, na sequência, as opiniões dos policiais relacionadas aos atributos

considerados necessários para o desenvolvimento da atividade operacional, e de atendimento à vítima de crimes; b) identificamos as condições de trabalho e papéis de gênero na PMPR, onde são abordadas questões relativas à percepção dos entrevistados sobre o respeito à igualdade entre homens e mulheres, às vagas para entrada na polícia, sobre salário, promoção, aposentadoria e lugares para o desempenho do serviço policial; c) investigamos os papéis de gênero e a divisão de trabalho na atividade policial, dando ênfase à dedicação ao serviço, o sexo do policial e a atividade burocrática 'versus' operacional de rua.

### Os Atributos Femininos e Seus Papéis na Polícia Militar: Possibilidades Explicativas

Inicialmente, ao analisar os papéis de gênero, em relação à atividade policial na PMPR, nos deparamos com lugares e funções, quase sempre bem definidos, em que o homem está mais associado aos espaços públicos – onde a possibilidade da força e da coragem é iminente – enquanto as mulheres aos espaços privados, onde os atributos relacionados à atenção e cuidado são mais requisitados. Observa Moreira (2006) que quase não se verifica a presença de policiais femininas em situações mediadas pela resistência e pela violência, que são comuns no serviço de rua, onde o (a) profissional se depara com toda a sorte de problemas. Entendemos que esse afastamento da mulher policial da atividade de rua, traduz uma visão discriminatória sobre a incapacidade dela em corresponder a dualidade ação e reação. Por isso, a mulher policial estaria colocada numa mesma posição de outras pessoas, às quais socialmente se subestima essa capacidade, como no caso da criança e do idoso, ou ainda em locais onde o seu desempenho estaria ligado ao cuidado e a assistência.

Como primeira linha explicativa para entender a constituição desse fenômeno, recorreremos ao entendimento de Bourdieu (1998, p. 17), que afirma que:

[...] a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas (...) natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo (...) em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Nesse sentido, para manter-se dentro de um 'padrão' de coragem exigido dos policiais, os homens se submetem a comportamentos que desafiam o perigo e dispensam medidas de prudência, sob pena de perderem a consideração do grupo e serem comparados a 'mulherzinhas' ou 'veados'.

Acreditamos que haja correlação entre a capacidade de ser reconhecido como portador (a) de atributos considerados 'ideais' à prática da atividade policial, ou a possibilidade de trabalhar neste ou naquele lugar, e o fenômeno social tratado por Bourdieu (1997) em sua teoria de campo. Ao considerarmos a instituição policial e seus quartéis como locais de conflitos e tensões, por conta dessas discrepâncias nas relações de gênero, teremos 'um campo', guardadas as proporções com a teoria original. Um local de lutas internas em que os agentes disputam o espaço e a competência para ditar e alterar as regras do 'jogo' – a capacidade de cada agente em mudar a ordem do campo dependeria da sua posição hierárquica dentro dele e do seu capital simbólico, ou seja, seu conhecimento técnico específico e principalmente, o reconhecimento pela sua produção teórica e prática.<sup>2</sup>

Neste sentido, uma hipótese a ser considerada é a de que, num grau hierárquico

militar igual, homem e mulher teriam um tipo de relação. Neste caso, a tensão ficaria a cargo do fato do homem entender sua posição como diferente, portador do 'habitus viril', conseqüentemente superior. A mulher, por sua vez, poderia adotar uma posição autodefesa, invocando sua condição de igual, enquanto pessoa humana, o que poderia aumentar a tensão interna do campo ou, ainda, poderia 'reconhecer' a superioridade masculina legitimando a condição de superior e subordinado entre iguais, numa atitude de autoviolência simbólica. Noutra hipótese, em que a mulher se encontra na posição de superior hierárquica – como chefe de equipe, de seção, comandante ou diretor – e conseqüentemente, o homem na condição de comandado, subordinado, militarmente falando. Neste caso, poderia haver conflitos relacionados à falta de respeito por parte do policial masculino em relação à capacidade da chefe policial, pela 'impossibilidade' de posse do essencial por parte da policial feminina: o 'habitus viril'.

Dessa forma, as relações de gênero que se estabelecem em ambientes corporativos como na família, na escola, na igreja, no trabalho, ou na sociedade como um todo, possui um significado social extraordinário, pois são lugares perfeitos para o entendimento de como se estabelece a 'lógica da dominação'. Em sua maioria, servem para reforçar os 'habitus' de violência que influenciam todos os atos da vida, sem que muitas vezes o dominado (a) tenha consciência desse processo ou tendo, se submeta a ele, seja por conveniência seja por que entendeu ser inútil se opor, legitimando ainda mais a dominação masculina.

Na segunda linha explicativa, ressaltamos estudos de algumas teóricas feministas para as quais encontramos nos cânones do pensamento político ocidental explicações para as desigualdades de gênero que estão presentes nas diversas instituições. Entre elas,

a pesquisadora Young (1987) que nos lembra de que no esquema social expresso por Rousseau e Hegel, as mulheres devem ser retiradas dos espaços públicos 'da cidadania', visto que ao público estão reservadas as coisas racionais – fruto de um regramento imparcial de moral reducionista. As mulheres, por sua vez, historicamente reconhecidas como portadoras de sentimentos e afetividade, de desejo e de necessidades, acabam por serem vistas como 'zeladoras das coisas do corpo', portanto, deveriam ser mantidas dentro, no espaço privado, na clausura do lar. Os pensamentos desses exponenciais teóricos acabaram por se tornar a base para a construção e manutenção das instituições, que compõem a sociedade moderna.

Os sentimentos que nos impulsionam nesta ou naquela direção, estão eivados de valores e sentimentos construídos, mantidos e reforçados por todas as instituições sociais das quais fazemos parte. Neste contexto histórico-cultural, verifica-se que, assim como afirma Jaggar (1988, p. 157): “a razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente ao feminino”. Portanto, existem determinados tipos de comportamento que são esperados, outros até exigidos socialmente, onde as mulheres devem expressar suas emoções e os homens manter sua postura e compostura diante de determinadas situações, por exemplo, sob pena de serem suspeitos de 'comportamentos desviantes' do ideal social. Dessa forma, a sociedade ocidental contemporânea continua tendo uma visão feminina ligada 'visão maternal', o que, no entendimento de Tronto (1988, p. 187), acaba por impor a diferenciação tradicional de gênero.

Especificamente sobre a presença da

mulher na polícia, o Estado agindo de forma omissiva, acaba por não reconhecer as possibilidades na plenitude das atividades profissionais, não apenas a diferencia da maioria masculina, mas, também, a desigualdade e a subordinação. Mesmo que se considere a possibilidade que ela venha a desenvolver qualidades inerentes ao homem – do 'ethos guerreiro, da masculinidade, violência e virilidade' – isso seria uma forma de masculinização e, conseqüentemente, discriminação, conforme Calazans (2005). Conhecer amplamente as dimensões das causas e efeitos relacionados aos comportamentos socialmente aceitos e exigidos entre homens e mulheres, postos como conflitantes, como uma dicotomia entre o público e o privado, entre a razão e a emoção, não basta para fazer cessar o que se reconhece como inadequado ou equivocado. Mais que isso, é preciso buscar a construção de políticas públicas que incentivem a incorporação de mulheres nas instituições policiais brasileiras, bem como circunstâncias laborais que venham a garantir uma convivência harmoniosa e pacífica de gênero, deve ser ressaltada.

A terceira linha explicativa, sobre os atributos femininos e seus papéis, é a possibilidade de se considerar a existência, ou não, de uma cultura interna da PMPR e, no caso de considerá-la, conhecer a sua influência no fenômeno das atitudes e valores nos papéis dos homens e mulheres policiais. Após profundo estudo sobre essa possibilidade, passamos a aceitar a existência que do que Skolnick (1966) entende como 'cultura policial'. Essa sua ideia é fundamental para se compreender como e porque se comportam os policiais de determinadas formas diante das mais variadas circunstâncias. Para o autor, existem dois elementos básicos que contribuem de forma significativa para a formação dessa cultura, sendo eles: a noção de perigo e a autoridade.

Ao analisar o primeiro elemento, verifica-se que este perigo é traduzido pelo risco imprevisível, que seria uma constante no trabalho operacional, pois a possibilidade de um confronto se daria ao dobrar de cada esquina, numa tensão potencializada pelo fato do policial militar demonstrar inequivocamente quem é – pelo fato de estar fardado – enquanto seu algoz poderia ser qualquer um em potencial. O segundo elemento, formador da cultura policial seria a autoridade, que no entender de Skolnick (1966), é a capacidade e a possibilidade do uso da força para o cumprimento das funções policiais, diante das tensões criadas pelas ameaças iminentes de agressão e resistência, dentro do seu poder discricionário.

Entendemos que outros elementos complementam o contexto no sentido de gerar tensões e contribuir para a formação da mencionada 'cultura policial', o que denota, na prática, o estabelecimento de um padrão de conduta que Lima (2008) intitula de 'código consensual'. Neste código estão inseridos os usos e costumes das práticas policiais, os regulamentos internos, as vivências individuais, as pressões do Estado e da sociedade num trabalho altamente hierarquizado, influenciando as ações policiais de forma a irem além da legalidade. Assim, a interpretação por parte do policial de uma determinada situação e a resposta a ela destinada, depende de todas essas variantes, entendendo-se como necessário, dentro desse 'código consensual', que o policial tenha um aporte de qualidades inerentes à formação do 'perfil ideal', que lhe permite fazer frente às situações de risco e ser aceito pelo grupo de semelhantes. O fato das mulheres policiais não serem reconhecidas como possuidoras das qualidades inerentes ao 'herói' anônimo, acaba gerando na polícia uma área de conflitos e tensões constantes. A vida em caserna se baseia numa relação de poder estabelecida por dois elementos

fundamentais e complementares a essa cultura policial – que chamados internamente de 'vigas mestras' – a hierarquia e a disciplina.

A hierarquia é reconhecida institucionalmente como o escalonamento vertical entre postos e graduações e que distingue um policial militar de outro, sendo um o superior e outro o subordinado. Se considerarmos, neste contexto, a presença feminina, podemos imaginar outra relação hierárquica: a de gênero, onde o masculino é o superior e o feminino o subordinado. A 'disciplina' militar, por sua vez, é reconhecida como 'rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever', submetendo-se aos usos e costumes institucionais, inclusive.

Assim sendo, verificamos que as três linhas apresentadas possibilitam o entendimento sobre os atributos femininos e seus papéis na polícia. Salienta-se, porém, que as mencionadas teorias explicativas não se contrapõem, ou seja, o fato de considerar uma delas não implica em desconsiderar as outras, pelo contrário, no contexto em que foram apresentadas, acabam sendo complementares.

### Metodologia Da Pesquisa

A pesquisa se desenvolveu através do método quantitativo, sendo utilizada a ferramenta *Survey*, que segundo Babbie (1999), permite um número significativo de possibilidades, com muitas conclusões, além da economia processual, com base numa amostragem com a possibilidade de generalização à população estudada. A fim de se obter níveis consideráveis de qualidade dos dados da pesquisa, concluiu-se pela necessidade de um intervalo de confiança de 04 (quatro) pontos e um índice de confiabilidade de 96% (noventa e cinco por

cento), estabelecendo-se cinco características que traçaram o perfil da amostragem: 1) sexo; 2) cargo (posto ou graduação); 3) escolaridade; tipo de serviço (operacional ou administrativo); e 5) idade. Numa população de 16.267 policiais militares obteve-se o retorno de 629 questionários autoadministrados, por conglomerados de 20 questionários aplicados em 32 unidades policiais militares distribuídas pelo Estado do Paraná. Os dados foram catalogados e alimentaram o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) um *software* estatístico para construção, controle, inserção, obtenção de resultados e tomada de decisões baseadas em estatísticas.<sup>3</sup>

Descrivendo a amostra, concluiu-se que 4,8% dos entrevistados são oficiais e 75% são praças (soldado a subtenente); 66,9% dos entrevistados informaram trabalhar na atividade operacional de rua, enquanto 12,9% trabalham na atividade administrativa; quanto a idade dos entrevistados, 44,5% estão na faixa de 20 a 35 anos; 36,6% entre 36 a 45 anos; e 17,9% com idade acima de 45 anos; no que se refere ao sexo, constatou-se 91,4% de homens e 8,6% de mulheres; quanto ao nível de escolaridade, verificou-se que 57,8% dos entrevistados possuem o ensino médio (desde o fundamental até o superior incompleto) e 42,2% com curso superior (incluindo neste valor 9,4% com pós-graduação); quanto a religião, 83% dos entrevistados se assumiram como cristãos (católicos, protestantes e evangélicos) e 12,6% dizem não pertencer a nenhuma religião; com relação ao estado civil 70,9% de união estável (casados ou morando junto); por fim, quanto ao número de filhos 30,4% não possui filhos, 26,7% possui apenas um e 42,9% possuem dois filhos ou mais.

O teste Gamma revelou que policiais do sexo masculino apresentam maior número de filhos que as mulheres policiais, em medida estatisticamente significativa (0,043) e

intensidade moderada (0,307), o que nos permite inferir que a participação feminina na PMPR se apresenta associada ao estado civil solteira e sem filhos. Os resultados alcançados não são exclusivos dos policiais militares paranaenses, conforme demonstra a pesquisa divulgada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) em 2008, sobre o que os parlamentares pensam sobre a mulher na política. Os homens em sua maioria são casados e com dois ou três filhos, enquanto as parlamentares casadas são em número percentual muito menor (82% para eles e 56% para elas), demonstrando claramente que 'a combinação de atuação política e vida conjugal é mais comum entre homens do que entre mulheres'. Dessa forma, a associação positiva encontrada na PMPR, como ocorre na política, sugerem que o casamento e a família parecem fornecer suporte e apoio para a entrada e permanência dos homens na instituição, enquanto que para as mulheres, casamento e família implicam em um obstáculo a mais para a sua entrada e permanência.

## A Farda e seus Papéis de Gênero

Como se viu até o presente momento, há todo um contexto histórico, cultural e social na PMPR que influencia os papéis de gênero, criando, alterando e mantendo valores e atitudes. Dessa forma, passamos a analisar os resultados gerais da pesquisa de campo realizada à amostra representativa em face das questões sobre gênero, de forma simples e direta, ora com associações bivariadas e multivariadas, conforme sejam mais interessantes para apresentação, análise e conclusão dos resultados.

Atributos de gênero e atributos julgados necessários para a atividade policial

A primeira tabela desta seção é resultado da indagação sobre características entre homens e mulheres, em que os entrevistados deveriam, diante de um adjetivo apresentado, dizer se entende como um atributo predominantemente masculino, feminino ou se entende ser igualmente possível para

Tabela 1. Percepções sobre características masculinas e femininas.

Características	Homens (%)	Mulheres (%)	Igualmente (%)
Corajoso	60,8	4,3	34,9
Competitivo	49,4	14,5	36,1
Ambicioso	48,4	15,1	36,5
Decidido	42,8	15,3	41,9
Trabalhador	20,1	12,9	67
Solidário	12,4	44,9	42,7
Inteligente	9,6	9,4	81
Honesto	4,3	30,7	65
Emotivo	2,7	85,5	11,8
Cuidadoso com a família	2,5	68,9	28,5
Cuidadoso com a própria saúde	1,9	84,7	13,4

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

ambos os sexos.

A tabela acima ilustra as características que histórica e culturalmente se estabelecem na sociedade em geral. Em relação ao homem, a coragem foi o primeiro atributo (60,8%), sendo também considerado mais competitivo, ambicioso e decidido, numa visão androcêntrica, segundo Bourdieu (1998). Apesar de 67% dos entrevistados entenderem que ambos são igualmente trabalhadores, quando se analisa separadamente, o homem também aparece com 7,2% à frente das mulheres. O resultado pode ter se baseado na ideia da mulher policial estar, em sua maioria, fora das atividades operacionais de rua, além delas serem vistas como 'mães em potencial'. O quesito mais equilibrado foi o de quem seria mais inteligente garantindo aproximadamente

entendem que o cuidado com as pessoas doentes ou idosas que ficam em casa, deve ser da mulher. Por fim, as mulheres aparecem como sendo mais honestas (30,7%), o que nos parece estar ligado também ao fato do homem ter sido considerado possuidor de maior ambição, coragem e competitividade, além do fato de estarem em maior número no serviço de rua, onde há maior possibilidade de envolvimento em desvios de conduta.

A questão seguinte trata de atributos físicos e psicológicos, onde o entrevistado deveria responder a questão se concorda ou não com a afirmação de que a força física e a coragem são fundamentais para a atividade policial.

Como se observa, o resultado obtido foi

Tabela 2. Força física e coragem são fundamentais para a atividade na PMPR

Alternativa	Percentual
Discorda de alguma forma	39,8
Concorda de alguma forma	59,1
Não sabe/não respondeu	1,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

9,5% para cada um dos sexos e 81% afirmaram que ambos são igualmente inteligentes. Sobre a solidariedade, emotividade, cuidado com a família e com a saúde própria, as mulheres ficaram com o maior número de indicações, neste último (cuidado com a saúde própria) chegando a 84,7% contra 1,9% dos homens. Os dados induzem ao entendimento dos processos de educação, cultura e de criação de 'lugares' para um e para outro sexo. Aqui vale um comparativo com a Pesquisa Perseu Abramo (2001) onde na questão sobre a divisão sexual do trabalho, 54% das entrevistadas

no sentido de que a maioria dos entrevistados concordou com a afirmação, numa diferença de 19,3% a mais da opinião dos que não concordam neste sentido. As associações com a variável 'sexo' nos permite inferir que essa afirmação não está relacionada ao sexo do respondente. Uma importante constatação foi com relação à idade do respondente, no sentido de quanto mais jovem o respondente, maior a probabilidade de concordância da referida afirmação sobre a força física e coragem (o resultado de Gamma indica que a força dessa associação é fraca: -,244). Quanto à



escolaridade, o resultado do teste indica ausência de significância estatisticamente válida com a afirmação sobre a importância de força física e coragem, assim como a análise sobre o posto ou graduação ocupado pelo entrevistado, ou ainda o fato de se trabalhar no serviço operacional de rua ou administrativo.

Outra questão tratou da função do motorista de viatura policial, onde 84,7% dos entrevistados afirmaram que para essa atividade há a necessidade de habilidades específicas como a destreza e controle emocional. Não podemos desconsiderar que 85,5% (conforme a Tabela 1) entendem as mulheres como mais emotivas, nesse sentido, faltaria a elas um dos requisitos para saírem dos quartéis como motoristas de viatura. Conforme Young (1987), a mulher historicamente é reconhecida como desejo, necessidade, corpo e emoção. Uma das formas de violência simbólica pela qual são submetidas às mulheres em geral são os comentários desairosos, as piadas, e os 'ditos' populares de que elas dirigem mal por natureza, apesar de estatísticas oficiais demonstrarem o contrário.<sup>4</sup>

Trabalhou-se também a questão do atendimento às vítimas de crimes e a necessidade de habilidades específicas:

Verifica-se que 72,6% dos entrevistados entendem ser pertinentes as qualidades de compreensão, sensibilidade e empatia para o

atendimento às vítimas, qualidades relacionadas ao cuidado. Neste sentido, se nos reportarmos à Tabela 1, verificaremos que a mulher foi escolhida como mais solidária, quem tem mais cuidado com a família e também como quem tem maior cuidado com a própria saúde, do que os homens. Podemos, portanto, considerar que os resultados dessa tabela confirmam as teorias de Schactae (2011) e Calazans (2005) sobre a caracterização da mulher como representação da função reprodutiva, logo, do cuidado e da assistência. Por conseguinte, Moreira e Standnik (2007) ao analisarem a história da entrada da mulher na PMPR, perceberam que a própria legislação elaborada em meados da década de 1970, para a regulamentação da atividade do Pelotão de Polícia Feminina, conduzia para o entendimento de 'habilidades inatas' e de 'natureza feminina', direcionando-as para situações relacionadas ao 'policimento de costumes', de trânsito, que envolvessem menores ou ainda em situações de assistência geral à população.

Condições de trabalho e papéis de gênero na PMPR

A questão seguinte trata da percepção do entrevistado em relação às instituições ou áreas com maior ou menor respeito à igualdade entre homens e mulheres.<sup>5</sup>

As três instituições que mais respeitam a

Tabela 3. Atendimento às vítimas de crimes exige habilidades específicas

Alternativa	Percentual
Discorda de alguma forma	25,8
Concorda de alguma forma	72,6
Não sabe/não respondeu	1,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

Tabela 4. Médias de intensidade - Instituições que mais respeitam a igualdade de gênero

Instituição	Média	n
Família	7,6846	615
Igreja (religião)	6,7252	615
Escola	6,2871	613
Justiça	6,2866	614
Polícia Militar	5,4486	613
Estado	5,4127	613
Mídia	4,7516	612
Sociedade	4,4747	613
Política	4,4698	613
Mercado de trabalho	4,0293	615

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

igualdade de gênero, dentre as dez apresentadas, segundo os entrevistados, foram: 1º) família; 2º) igreja (religião); e 3º) escola. O interessante é que Bourdieu (1998), entre outros autores, coloca que essas qualidades entendidas histórica e culturalmente como inatas das mulheres, que as discriminam e as submetem, são em grande parte partilhada por elas próprias, cuja construção e manutenção dão-se no seio familiar, na igreja, na escola e no convívio social. Por outro lado, as que menos respeitam essa igualdade são: 8º) sociedade; 9º) política; e 10º) mercado de trabalho. Estas três últimas escolhas podem corresponder a pequena participação da mulher na política, menores oportunidades de salários e ascensão profissional, na iniciativa privada. A Polícia Militar ocupou o quinto lugar (27,4%), dentre as instituições que mais respeitam a igualdade entre homens e mulheres. Pela associação dos resultados, verificamos a ausência de relacionamento entre o sexo e a

opinião dos policiais, quanto ao respeito à igualdade de homens e mulheres, manifestada por diferentes instituições. A exceção é a escola, cujo resultado negativo de Gamma nos permite inferir que as mulheres entendem, em medida de intensidade moderada e mais elevada que os homens, que no ambiente escolar existe respeito à igualdade entre homens e mulheres.

Quando apresentada outra questão, afirmando que 'o número de vagas para o ingresso na PMPR deve ser maior para os homens', 61,8% dos entrevistados concordaram com essa afirmativa, contra 36,6% que discordaram. Para compreender o resultado, deve-se partir da ideia que a natureza da atividade da PMPR é a operacional de rua, e o entendimento de que a mulher não possui os atributos necessários para o desempenho eficaz dessa atividade. Dentre as características testadas, apenas sexo retornou com significância estatisticamente válida (sig.: ,004 e valor:

Tabela 5. Isonomia de gênero na atividade policial na PMPR

Questões	1 a 5 (%) Não aceitável	6 a 10 (%) Aceitável
PM homens devem ganhar mais pelo maior risco que se expõem	79,6	20,4
As mulheres PM se aposentarem antes que os homens	78,6	21,4
A criação de Unidades policiais exclusivas para PM Femininas	73,4	26,2
A mulher ser destinada às atividades na PM semelhantes a do lar	71,5	28,5

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

,402) o que permite inferir que homens tendem a concordar com maior frequência com a afirmação de que, por conta da natureza das atividades desenvolvidas, o ingresso na PM deveria ser maior para o público masculino.

Noutro tipo de questionamento, foram apresentadas algumas afirmações, onde o entrevistado deveria assinalar em que medida elas lhes pareciam aceitáveis ou não, obtendo-se os seguintes resultados válidos:<sup>6</sup>

Com base nos percentuais acima, verificou-se que quanto aos ganhos salariais, a maioria dos entrevistados entendeu que, de alguma forma, não se justifica os homens ganharem mais. No quesito aposentadoria, a maior parte dos candidatos optaram que não justifica a mulher se aposentar antes que os homens, como acontece na iniciativa privada, demonstrando-se o não reconhecimento da dupla jornada de trabalho, desempenhada por muitas. Sobre a instalação de quartéis exclusivamente femininos, os candidatos, em sua maioria, entenderam não justificar a referida criação, o que pode sugerir o pensamento dominante de que num quartel exclusivamente feminino, seria criado um regime especial de exceção, com escalas, trabalho e tratamento diferenciados. Sobre as atividades a serem desenvolvidas pelas policiais femininas no quartel serem as semelhantes a do lar, a maior parte dos

entrevistados entendeu não ser justificável o encaminhamento delas para esse tipo de tarefa, deixando transparecer uma posição mais igualitária sobre a questão.

Em outra questão, a afirmativa apresentada foi de que 'as regras para a promoção na PMPR são justas e satisfatórias', sendo que 51% concordaram, em face de 42,4% que discordaram. Na análise sobre a influência do sexo do entrevistado, verificou-se que policiais de ambos os sexos avaliam tais regras de maneira semelhante.

Nesta próxima questão, buscou-se trabalhar as relações afetivas e interpessoais, heterossexuais e homossexuais dentro da PMPR. Foram apresentadas algumas afirmações onde o entrevistado deveria assinalar em que medida elas lhes pareciam aceitáveis ou não.<sup>7</sup>

Sobre a possibilidade de relacionamento homoafetivo, a maior parte dos policiais respondeu no sentido de que esse tipo de relacionamento nunca se justifica na instituição (43% a mais). No mesmo sentido, a mera possibilidade da presença de policiais homossexuais na PMPR, teve a maioria de seus votos como sendo não justificável (36% a mais). Verifica-se que os homossexuais (homens) são colocados fora do contexto de masculinidade ideal, sendo assemelhados às mulheres, como observa Bourdieu (1998), ou seja, aquele que não possui, aquele que falta,

Tabela 6. Relacionamento interpessoal e afetivo na PMPR.

Questões	1 a 5 (%) Não aceitável	6 a 10 (%) Aceitável
Relacionamento homoafetivo, independente do grau hierárquico	71,5	28,5
A presença de homossexuais na Instituição	68	32
Relacionamento afetivo, sendo superior homem e subordinado mulher	23,5	76,5
Relacionamento afetivo, sendo superior mulher e homem subordinado	17	83
Relacionamento afetivo, homem e mulher no mesmo grau hierárquico	15,9	84,1

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

logo é discriminado como ocorre com as mulheres. Sobre as possibilidades de relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, independentemente da posição hierárquica de ambos, todas foram consideradas aceitáveis, cuja diferença máxima foi de 8 pontos percentuais.

Em outra questão o candidato deveria responder, com base na sua experiência na PMPR, sobre sua expectativa para o seu futuro profissional, levando em conta a sua situação há dez anos, hoje e daqui a dez anos. Observou-se que houve uma ascensão da percepção profissional, onde apenas a visão pretérita teve maior negatividade (54%), enquanto os percentuais positivos superaram no presente (68%) e futuro (75%). Numa comparação com a pesquisa 'A mulher brasileira nos espaços público e privado' desenvolvida a partir da Fundação Perseu

Abramo, em 2001, sob a expectativa em relação ao mundo, Brasil e vida pessoal nos próximos cinco anos, obteve-se 25% de respostas no sentido de que o mundo vai melhorar, 29% que o Brasil vai melhorar e 74% que a vida pessoal vai melhorar. Feitas as associações, dos resultados desta questão e o sexo dos policiais, verificou-se que ser homem ou mulher não faz diferença para a avaliação retrospectiva, atual e prospectiva dos policiais quanto à satisfação com sua situação profissional na PMPR.

Papéis de gênero e divisão de trabalho na atividade policial

A seguinte questão trata da dupla jornada de trabalho, que grande parte das mulheres enfrenta, e sua dedicação à polícia:

Observa-se que, a grande maioria dos

Tabela 7. Por causa de suas responsabilidades familiares as mulheres não têm tempo para se dedicar à polícia

Alternativa	Percentual
Discorda de alguma forma	80
Concorda de alguma forma	18,2
Não sabe/não respondeu	1,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

entrevistados entende que a situação de mãe, esposa e responsável pelas tarefas da casa não são impedimentos para que a mulher se dedique à carreira profissional, contra uma parte significativamente menor. Cabe salientar que algumas das questões componentes deste trabalho foram baseadas numa pesquisa desenvolvida por outros autores, na cidade de Maringá/PR, sobre cultura política, gênero e eleições presidenciais de 2010 no Brasil, aplicado através de um Survey, entre 2011 e 2012. Na questão original de Maringá, sobre gênero e política, diante da afirmativa de que 'por causa de suas responsabilidades familiares as mulheres não têm tempo para se envolver em política', concluiu-se que 63,7% dos entrevistados discordaram da afirmativa, em face de 36,3% dos que concordaram. As pesquisas de Maringá e da PMPR possuem as mesmas opções, entretanto, as discrepâncias nos números são maiores na polícia, mesmo considerando o índice de confiança de 96%. A associação desta questão e a variável sexo dos entrevistados indica forte relacionamento (0,634), o nos permite inferir que homens apresentam grande probabilidade de concordarem, em maior medida que as mulheres, com a afirmação de que por causa de suas responsabilidades familiares as mulheres não têm tempo para se dedicar à polícia.

A questão seguinte propôs perceber o posicionamento do entrevistado sobre qual tipo de ocorrências as policiais femininas lidariam melhor:

Seguindo a tendência até aqui estabelecida, 25,7% a mais dos entrevistados acreditam que a policial feminina tem mais habilidade para lidar com esses tipos específicos de ocorrência. O resultado redonda na visão estabelecida, em que a mulher aparece como a portadora inata da emoção, das coisas do corpo, do privado, do cuidado e da assistência, conforme Young (1987). São características pessoais socialmente entendidas como pertencentes ao feminino, assim como da função reprodutiva e de ser mãe em potencial.

Numa questão sobre capacidade burocrática, 57,8% dos entrevistados entenderam que a mulher policial desempenha melhor as atividades administrativas, por ser mais organizada e detalhista. Quando se inverteu os elementos numa outra questão, considerando a hipótese de que o entrevistado trabalhasse na atividade operacional, 59,7% entendeu que é preferível trabalhar com policiais masculinos. Os resultados reforçam o entendimento institucional dos papéis ideais de homem e da mulher, segundo Schactae (2011), dificultando o empoderamento diante das relações de superior e subordinado que a atividade policial propicia.

## Conclusão

Apesar da garantia constitucional do 'todos são iguais perante a lei', o caminho é longo e marcado pela desigualdade, claramente exposta por fatos contra os quais não há argumentos. O reduzido percentual do efetivo

Tabela 7. Por causa de suas responsabilidades familiares as mulheres não têm tempo para se dedicar à polícia

Alternativa	Percentual
Discorda de alguma forma	80
Concorda de alguma forma	18,2
Não sabe/não respondeu	1,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa sobre Direitos Humanos e Gênero na PMPR, 2012/2013.

Marcos Aparecido de Souza

de mulheres nas polícias militares, em média nacional, as dificuldades de ascensão na carreira profissional ou das funções inexpressivas desempenhadas por elas, são problemas que devem ser abertamente enfrentados.

A pesquisa demonstrou que os homens foram considerados mais corajosos, competitivos, ambiciosos, decididos e inclusive mais trabalhadores que as mulheres. Elas, por sua vez, foram percebidas como mais honestas, emotivas e cuidadosas com a família e com a própria saúde. A maior parte dos policiais entende que, para o desenvolvimento eficaz da atividade operacional, há a necessidade de força e coragem, consideradas como atributos masculinos, logo, se conclui que a atividade policial de rua não é lugar para mulher. Há uma tendência em acreditar que discriminação das mulheres na polícia é coisa de machistas, do passado, que está ligada à falta de instruções e baixa escolaridade, ou dos que trabalham neste ou naquele serviço. No entanto, nas demais associações, verificou-se que o sexo dos respondentes não teve influência sobre as respostas, bem como o grau hierárquico, tipo de atividade e a escolaridade. Não há, dessa forma, como negar que somos todos frutos de uma construção social – inclusive a polícia – arraigada em valores androcêntricos que permeiam todos os campos da vida humana, já que, as próprias mulheres policiais reconhecem, por vezes, esses valores como dogmas. E, ainda, as associações realizadas revelaram que quanto mais novo o policial menor é o seu sentimento de equidade de gênero. A confirmação desse entendimento se dá pelo entendimento dos policiais sobre as instituições que mais respeitam a igualdade entre homens e mulheres, onde foram elencadas em 1º, 2º e 3º lugares a família, a igreja (ou religião) e a escola, respectivamente, as quais, segundo a ampla

bibliografia, são justamente as que auxiliam na criação e manutenção desses fenômenos discriminatórios. As três apontadas como as que menos respeitam essa igualdade foram a sociedade, a política e o mercado de trabalho. A PMPR ficou em quinto lugar.

A grande parte dos entrevistados entende que as vagas devem ser em maior número para os homens, sendo eles os que mais tiveram propensão para esta resposta. De forma semelhante, homens e mulheres consideraram justas e satisfatórias as promoções na PMPR, não se admitindo relacionamento afetivo entre policiais do mesmo sexo, nem a mera presença de homossexuais integrando o efetivo institucional. As presenças e relacionamentos aceitos internamente são as tradicionais, entre homens e mulheres, independente do grau hierárquico de ambos. Quanto as perspectivas profissionais, independentemente do sexo, os policiais possuem visão positiva, aumentando o otimismo quanto maior for a projeção para o futuro.

Os homens apresentaram grande probabilidade de concordar com a afirmação de que a mulher, por seus afazeres domésticos, não tem tempo de se dedicar à polícia. Isso pode representar uma tentativa de justificar a situação funcional delas, ou seja, se não conseguem é por que não se dedicam, ou o reconhecimento da dupla jornada de trabalho, o que não acreditamos, visto a tendência de respostas às outras questões neste sentido. Quase metade dos policiais entendeu que não há preferência de sexo para trabalhar na atividade administrativa, entendendo, porém, que a mulher tem um melhor desempenho neste tipo de serviço, por ser mais organizada e detalhista, ou ainda nas ocorrências de assistência e cuidado. Quando a atividade é a operacional de rua, a maioria prefere ter um parceiro homem. Sobre elas ainda está o fato de que, pelo perfil da amostra, ser mulher

está intimamente ligado ao fato de ser solteira e sem filhos. Não se pode negar a infinidade de possibilidades de novos estudos, pesquisas e propostas de políticas públicas sobre o papel social da polícia – aproveitando a onda otimista da maioria absoluta dos integrantes da PMPR sobre as expectativas profissionais – e a fundamental participação da mulher no contexto das novas demandas da criação de uma nova polícia, uma polícia mais cidadã.

Há muito que ser feito no sentido da equidade de gênero, começando pela necessidade de interromper o processo de manutenção da desigualdade e discriminação estabelecidas, alterando positivamente o quadro atual. As instituições são as vigas mestras que sustentam e ancoram a sociedade, sendo que, neste contexto, capazes de irradiar além de seus limites físicos ações que permitam impactar positivamente outras instituições e áreas da sociedade, no sentido de buscar cada vez mais políticas públicas que combatam a discriminação e o desrespeito das mulheres e outras classes desfavorecidas.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta alguns dos dados produzidos para a Dissertação de Mestrado intitulada: “Valores e atitudes sobre os papéis de gênero na Polícia Militar do Paraná”. Conferir na bibliografia: Souza (2014).

<sup>2</sup> Essa teoria refere-se ao originalmente ao “campo científico” que são considerados espaços de confrontos necessários entre duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico. Um se pode caracterizar como sendo social ligado a ocupações de posições importantes nas instituições científicas e um capital específico que repousa sobre o reconhecimento pelos pares. E como a inovação científica não se produz sem rupturas com os pressupostos em vigor, o capital específico é mais exposto à contestação. Pode ocorrer que os pesquisadores mais inovadores – ou que possuam outros atributos – sejam violentamente combatidos por sua própria instituição.

<sup>3</sup> No desenvolvimento do estudo obteve-se os resultados do instrumento de pesquisa por frequência e percentual conforme as possibilidades de respostas por parte do entrevistado. Para todos os testes bivariados foram utilizados o teste Gamma (Bohrnsteadt e Knoke, 1988).

<sup>4</sup> Correio Braziliense, Pesquisa do DETRAN comprova que mulheres estão menos presentes em acidentes. Pesquisa diz que mulher na direção significa prudência e responsabilidade, o que resulta em poucas mortes no trânsito, segundo José Alves Bezerra, diretor-geral do Departamento de Trânsito (DETRAN) 2013.

<sup>5</sup> O policial deveria destinar um número a cada opção, entre 1 e 10, onde 1 é a que mais respeita e 10 a que menos respeita.

<sup>6</sup> O entrevistado deveria assinalar um número de 1 a 10, onde o número 1 aparece como sendo o que 'nunca é aceitável ou justificável' e o número 10 'o que sempre é aceitável ou justificável'.

<sup>7</sup> Para melhor analisarmos as respostas, decidimos por dividi-las em dois grupos, no contexto das dez opções apresentadas aos entrevistados. O primeiro grupo, de 1 e 5, refere-se aos que acreditam que a questão apresentada de alguma forma nunca é aceitável ou justificável, e em segundo temos as respostas que compõem o grupo entre 6 e 10, sendo aqueles que entendem a questão apresentada é aceitável ou justificável de alguma maneira.

## Referências

ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues; DOURADO, S. P. C.; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Relatório de Pesquisa. Cultura Política, Gênero e Eleições presidenciais de 2010 no Brasil**. CNPq, 2012.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BOHRNSTEDT, George W.; KNOKE, David. **Statistics for social data analysis**. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 10ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: Por Uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no Policiamento Ostensivo e a Perspectiva de uma Segurança Cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142 - 150, 2004.

JAGGAR, Alison M. Amor e Conhecimento: A Emoção na Epistemologia Feminista. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988, p. 157 - 185.

MAROCO, João. **Análise Estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Editora Silabo, 2007.

LIMA, João M. Maciel de. **Apontamentos sobre Cultura Policial. Artigo apresentado no Mestrado em Políticas Públicas e Pensamento Social da universidade Estadual Paulista, 2008**. Fonte: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/1078/966>>. Acesso em 12 de Outubro de 2013.

MOREIRA, Rosimeri; STADNIK, Hilda Pívaro. **Mulheres e homens policiais militares: memórias “dentro e fora da ordem”**. 2007. Fonte: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Rosemeri%20Moreira.pdf>>. Acesso em 02 de Novembro de 2011.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Farda e Batom, Arma e Saia: A Construção da Polícia militar Feminina no Paraná (1977-2000)**. 2011. Tese (Doutorado, Programa de Pós Graduação em História) - Universidade

Federal do Paraná, Curitiba.

SKOLNICK, Jerome. H. **Justice without trial: law enforcement in democratic society**. New York: Wiley, 1966.

SOUZA, Marcos A. **Valores e Atitudes Sobre os Papéis de Gênero na Polícia Militar do Paraná**. 2014. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas: Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988, p.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria moral e Política. In **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1987, p. 186 - 203.

Recebido em 21 de outubro de 2014.  
Aceito em 05 de outubro de 2015.